



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ALICE ROMA BOTTI SCHMITT
ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Ibiporã - PR

2022

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	8
3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA	10
3.1 SÍMBOLOS OFICIAIS	11
3.2 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO	11
4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	12
4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA	12
4.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DE CADA SETOR	13
CONSELHO ESCOLAR	13
DIREÇÃO	133
A.P.M.....	14
EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA	14
EQUIPE PEDAGÓGICA.....	144
EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL.....	14
EQUIPE DOCENTE	15
ALUNOS.....	155
4.2 – ESTRUTURA PEDAGÓGICA	166
4.2.1 - OFERTAS DE ENSINO.....	166
4.4.ATIVIDADES COMPLEMENTARES	21
4.5 ESPAÇO FÍSICO.....	211
4.6 REGIMENTO INTERNO.....	233
5.0 – ANÁLISES DA REALIDADE ESCOLAR.....	300
6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	344
6.1 – CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	36

6.1.1 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	37
6.1.2 O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO	38
6.1.3 A ESTRUTURA DISCIPLINAR E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR	40
6.2. A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO.....	42
6.2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	454
6.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	554
6.4. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO	555
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA;	56
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA;	577
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM;	58
7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES – METAS.....	58
PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA.....	58
7.1 ELEVAR O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES	60
7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR.....	610
7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA	611
7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR	654
7.5. QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.	687
7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AO DESENVOLVIMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.....	698
7.7 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA	69
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	

ANEXO I
ANEXO II
ANEXO III
ANEXO IV
QUADRO CURRICULAR POR CURSO E SÉRIE - MATRIZES CURRICULARES HOMOLOGADAS 2022

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt, é um documento norteador, elaborado com o envolvimento dos professores, da comunidade escolar, e da equipe diretiva, que tem como base todas as ações pedagógicas dessa Instituição. A proposta está em acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Diante das projeções ligadas às incertezas da modernidade, cabe à escola ensinar crianças de tal forma que os conhecimentos apreendidos norteiem suas escolhas e que contribuam para as decisões perante os desafios da vida. Diante disso, o Projeto Político Pedagógico representa esse compromisso com a sociedade. Nesse sentido, a proposta educacional aqui apresentada, destaca a formação de um sujeito autônomo, criativo, ético, crítico e comprometido com a sociedade em permanente transformação. Destaca-se, ainda, que a proposta pedagógica deve ser vivenciada por todos os sujeitos, diariamente, retratando assim a função cultural, sociopolítica da Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt. A função, portanto, deste Projeto é traçar o horizonte da caminhada, por meio de um diálogo constante entre a teoria e a prática, promovendo uma educação voltada para a formação humanística que investe no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais. Além disso, o Projeto Político Pedagógico como um todo deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, mediada pela constante reflexão de todos os sujeitos envolvidos e sintonizados com os avanços da Ciência da Educação e que, por isso, ousam inovar e modificar as relações pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal Professora Alice Roma Bottii Schmitt, localizado na R. Bandeirantes, 15 - San Rafael, Ibiporã - PR, 86200-000, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura do Município de Ibiporã, é o documento norteador dos processos pedagógicos e administrativos que contribui para o estabelecimento e cumprimento de metas, expectativas e objetivos propostos na efetivação da formação dos estudantes.

O PPP deve expressar a autonomia e identidade do estabelecimento do ensino, e é amparado pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda a população, ele constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas tendo em vista a função primeira da escola pública que é o acesso ao conhecimento. Assim, o Projeto Político Pedagógico deverá ser discutido, aprovado e acompanhado em sua efetivação pelo Conselho Escolar, o PPP em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios devem ser legitimados pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído e definido coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar. No que se refere ao processo de construção do PPP o referido destaca-se quanto à sua elaboração:

1. O Projeto Político Pedagógico, em consonância com o princípio da gestão democrática, deverá ser construído de forma coletiva, isto é com a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos, pais ou responsáveis, diretor e professores pedagogos.

2. Cabe ao diretor da unidade escolar, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar.

3. O Projeto Político Pedagógico deverá ser elaborado a partir do mapeamento de todas as condições concretas do estabelecimento de ensino e da comunidade escolar: diagnóstico da comunidade e do perfil sócio-econômico.

Por este motivo, qual seja entender que o estabelecimento de ensino tem a prerrogativa de explicitar a sua base filosófica e metodológica, bem como pelo fato de se conceber que todo ato educativo é sim um ato político que expressa uma visão de mundo, de escola e de sociedade é que optou-se pelo termo Projeto Político Pedagógico. A utilização do termo político no projeto deve ser compreendida como intencional, pois segundo Veiga “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 1995,p.13).

Dessa forma, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, identificando os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o PPP Constitui-se no fundamento legal, conceitual, filosófico, ideológico, metodológico e operacional das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento.

Ele expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica, por meio dos quais são subsidiadas as decisões, conduzidas as ações, definidos os programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, discutidos os impactos destes programas sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como feita a análise dos seus resultados.

Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica. Equivale dizer, fundamentalmente, que a dinâmica do Projeto Político Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e fundamentá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica. Esta prática, por sua vez, pode ser analisada a partir dos próprios eixos da organização do trabalho pedagógico, quais sejam: gestão, currículo, planejamento, processo de ensino e

aprendizagem e avaliação. Todos os demais elementos da prática pedagógica advêm destes eixos.

A fundamentação teórica apresentada aqui expressa o próprio diagnóstico da representação dos professores e dos profissionais da educação da Escola Alice Roma sobre a função da escola e o valor da formação por ela ofertada. Destaca-se, ainda, que este documento foi construído a partir dos eventos que contaram com a participação dos professores. Metodologicamente o processo de construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, em seus referenciais, partiu dos fundamentos conceituais já previstos nos documentos precedentes, onde foi sua última atualização.

O processo de reavaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Professora Alice Roma Bott Schmitt, nesse momento procurou-se reformulá-lo e atualizado reajustando ao tempo, normas e dados específicos e científicos do ano vigente. O presente documento, portanto, sistematiza e fundamenta as discussões e propostas de toda a comunidade escolar e apresenta uma concepção de escola pública que toma a relação educação e trabalho para fundamentar o ensino-aprendizagem, o currículo, o conhecimento, a avaliação e a gestão.

Desta forma, o mesmo foi elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Colégio Estadual do Jardim San Rafael foi fundado no ano de 1989 para atender alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental bem como alunos de Ensino Médio, até o final de 2001. No ano de 2002, o então Colégio Estadual do Jardim San Rafael deixou de atender o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, que passou a ser de responsabilidade do município.

Na Gestão do então Prefeito, Senhor Reinaldo Gomes Ribeirete, ainda no ano de 2002, foi inaugurada a Escola Municipal Professora Alice Roma Bottii Schmitt – Ensino Fundamental, funcionando no mesmo espaço do Colégio acima citado, dando início à história de nossa escola. O estabelecimento de ensino foi autorizado a funcionar através da resolução Nº 02 de 03/07/02, com a oferta do ensino

fundamental de 1ª a 4ª séries. Nesse mesmo ano, 2002, foi entregue a escola municipal uma nova ala contendo: uma sala para a secretaria, sala de professores, banheiro, sala para a Classe Especial, sala de direção e sala de coordenação e duas salas de aula. Ainda no ano de 2002 foi indicada e eleita a primeira diretora para a Escola Municipal, a professora Dulcinéia Aparecida dos Reis Silva, que permaneceu até o ano de 2005.

Em 2013 na gestão do então prefeito Srº José Maria Ferreira foi construída uma nova sede da Escola, localizada na Rua Bandeirantes, 15, uma escola ampla, de arquitetura moderna contando com: 21 salas de aula, secretaria, sala de direção e coordenação, sala de professores, cozinha e refeitório, banheiro masculino e feminino, depósito, biblioteca e quadra poliesportiva. . Neste mesmo ano iniciou-se o ensino integral

No ano de 2003, através da Resolução 208/2003, foi autorizado o funcionamento da Educação Infantil e a instituição passou a chamar-se Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Em 2005, a Resolução 392/2005, autoriza o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos. No ano de 2006, não houve candidato à eleição para o cargo de direção, dessa forma foi indicada para o cargo a Professora Susanne Torres Guimarães, eleita no ano de 2007 ficando até o ano de 2014, de 2015 até 2017 ocupou o cargo de direção a professora Rosemary Bento Macedo dos Santos, em 2018 a professora Ligiane Torres Guimarães, em 2019 a professora Suely Lambert, no ano de 2020 a professora Celia Rosana Gusmão e em 2021 a professora Luciana de Queiroz França Pires a qual permanece até os dias atuais.

No ano de 2008, a Resolução 016/2008 autoriza o funcionamento da Educação Especial, a Resolução 017/2008 renova a autorização do funcionamento da EJA Educação de Jovens e Adultos, bem como a Resolução 09/2008 renova a autorização da Educação Infantil, porém regularizando o ano de 2007, uma vez que em março de 2008, na prática, a Educação Infantil já não funcionava na escola e em 2019 a Educação de Jovens e Adultos – também não funcionava mais.

Durante o período de 2002 a 2004, a linhagem pedagógica seguida foi a teoria Sócio–Construtivista, de acordo com determinações da Secretaria Municipal de Educação. Já no período de 2005 a 2008, a proposta de trabalho pedagógico da

escola foi norteadada pela teoria Sócio-Interacionista. Tendo em vista a mudança da administração no presente ano e a conseqüente aprovação, pelo Conselho Municipal de Educação, do Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, através do parecer nº 02/09, tivemos como princípios norteadores a Pedagogia Histórico-Crítica. Demerval Saviani foi o precursor da teoria Histórico-Crítica, a qual consiste em priorizar os conteúdos conceituais e secundarizar os procedimentais e atitudinais a fim de estabelecer uma igualdade de oportunidades a todas as classes.

Neste ano de 2022, os rumos que a educação municipal buscou trilhar para minimizar o contexto pós-pandêmico do presente momento e iniciar uma retomada educacional prezando pela qualidade e aplicabilidade dos conteúdos alinhados à Base Nacional Comum Curricular - BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.

A proposta política pedagógica municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7).

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA

Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt – Ensino Fundamental.

Endereço: Rua Bandeirantes, 15 – Jardim Santana – Ibiporã-Pr.

Fone: (43) 3178-0252 CEP: 86200-000

Email: escola.aliceroma@ibipora.pr.gov.br

Mantenedora: Prefeitura Municipal de Ibiporã

Endereço: Vitoriano Valente, 540 – Centro

Telefone: 43 – 3178-8454

Email: imprensa@ibipora.pr.gov.br

CÓDIGO INEP: 41377826

CÓDIGO DA INSTITUIÇÃO NO SERE: 41377826

Código da turma	Turma
4042	Ensino Fundamental I
6402	Classe Especial

CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS

CURSO	MODALIDADE
4042	EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)
6402	Classe Especial

3.1 SÍMBOLOS OFICIAIS



3.2 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

A Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt atende seus alunos no período integral. Dentro do período que os alunos ficam na escola, eles passam por dois intervalos, um no período da manhã e outro no período da tarde, o recreio é assistido pelos inspetores, direção e coordenação da escola

7h15	Abertura dos portões
7H30	Entrada dos alunos e início das aulas (Tolerância de 15 minutos para entrada dos alunos)
11H30	Almoço
13H00	Retorno das atividades (aulas)
16H00	Saída dos alunos e término das aulas (Tolerância de 15 minutos para saída dos alunos)
17h	Horário de saída dos professores

4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt ocupa uma grande área e está estruturada em 01 prédio, um que atende o ensino fundamental que conta com 21 salas de aula, secretaria, sala de direção e coordenação, sala de professores, cozinha e refeitório, banheiro masculino e feminino, depósito, biblioteca, quadra poliesportiva e um pátio coberto, hoje encontra-se com um total de 451 alunos matriculados.

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA



Com a apresentação em círculo, e contidos na esfera maior, que é a escola e que é necessário existir uma conexão entre todos os segmentos que constituem a instituição escolar, pois “não se tem uma escola somente com a direção, mas sim com todos os atores buscando seus objetivos e buscando a função da escola, que é a aprendizagem dos alunos” (LIBÂNEO, 2012, p. 423).

Frente a este diagrama, determina que cada membro formador possui sua função, seu papel, o quais serão apresentados neste momento.

4.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DE CADA SETOR

De acordo com o Regimento da escola, definem-se os setores do organograma da seguinte maneira:

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

DIREÇÃO

A Equipe de Direção é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico.

A diretoria tem como órgão máximo a Equipe de Direção, composta pela Direção e pela Secretaria . A Direção da escola será exercida pela Diretora, que

presidirá o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos alunos, as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente.

A.P.M

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma das formas de participação da comunidade na administração escolar, ou seja, uma ferramenta de gestão democrática, que foi criada para colaborar com a direção da escola, a APM (associação de pais e mestres) deve ajudar a escola a atingir os objetivos educacionais pretendidos, além de representar e dar luz às demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola.

A APM ainda é fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores e pode ainda colaborar para a programação de atividades culturais, de lazer e saúde envolvendo toda a comunidade.

EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA

A equipe técnica administrativa é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação dos alunos, bem como é o setor responsável pela conferência, organização, guarda e conservação dos documentos escolares.

EQUIPE PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica é composta pela coordenadora, suas funções são de articulação, de formação e de transformação, agindo como mediador entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos e corpo docente.

EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

A equipe operacional tem sua função em zelar pelo ambiente e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor, é composta pela cozinheira, auxiliar de cozinha, zeladoras, inspetor de pátio, e atendente de pátio.

EQUIPE DOCENTE

A equipe docente é composta pelos professores, que exercem diversas funções no processo educativo. O professor desempenha uma série de tarefas no meio escolar de extrema importância, esse profissional deve ter diversos tipos de atividades em desenvolvimento para atingir um índice cada vez maior de aprendizado.

Dentre os muitos papéis executado pelo professor, os principais são:

- Despertar nos alunos o interesse e vontade de buscar seus objetivos com seus próprios esforços, o professor deve ser um mero orientador do processo.
- Elaborar atividades que valorizam o potencial de cada aluno e que sejam planejadas e ofereça desafios aos alunos.
- Sempre que possível dialogar com os pais e propor algumas recomendações acerca de como agir com os filhos em casa para que esse tenha um rendimento escolar satisfatório.
- Na medida do possível, realizar uma correção menos punitiva e que valorize aquilo que é feito pelos alunos.

É bom ressaltar que não há uma forma padrão para o exercício da profissão, os que foram citados são basicamente procedimentos escolares que podem ser usados em diversas partes do território brasileiro e que geram resultados em distintos níveis.

ALUNOS

Esta Escola acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais. Todo estudante tem direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade:
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.

- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente

4.2 – ESTRUTURA PEDAGÓGICA

4.2.1 - OFERTAS DE ENSINO

Este Estabelecimento de Ensino funciona em Período Integral, proporcionando aos alunos materiais do currículo Básico Nacional e BNCC, com matérias específicas diariamente, com professores regentes bem como Inglês, arte e educação física ministradas por profissionais formados na área atuante seguindo os seguintes horários:

7H30	Início das aulas
09H10	Café da manhã 1º e 2º anos
09H30	Café da manhã 3º e 4º anos
09H50	Café da manhã 5º anos
10H10	Término do café da manhã
11H30	Almoço 1º anos
11H45	Almoço 2º anos do A ao D

12H00	Almoço 2º E e 3º anos
12H15	Almoço 4º anos
12H30	Almoço 5º anos
12H45	Término dos almoços
13H00	Retorno dos professores
14H10	Café da tarde 1º e 2º anos
14H30	Café da tarde 3º e 4º anos
14H50	Café da tarde 5º anos
15H10	Término do café da tarde
16H00	Saída dos alunos
17H00	Saída de professores e funcionários

4.3 - FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Conforme art. 208 da CF, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reproduzindo a CF apresenta o direito ao ensino básico, em seu art. 54 como direito público, já a LDB ou lei 9394/1996 estabelece em seu art. 32, a duração do ensino fundamental de 9 anos,

começando ao sexto ano de vida, prevê ainda as metas que o ensino básico deverá proporcionar ao cidadão.

A garantia do ensino fundamental obrigatório é o mínimo em termos de educação, uma vez que este integra o núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana, formado pelas condições materiais básicas para a existência.

A matrícula em qualquer ano deverá ser feita através da Secretaria Municipal de Educação que dispõe de lista da documentação necessária e que através do georeferenciamento encaminha o aluno à escola mais próxima da sua casa ou onde houver vaga disponível. **Artigo 156** – A matrícula e rematrícula é o ato formal que vincula o estudante a este estabelecimento de ensino, conferindo-lhe a condição de participante do corpo discente.

Parágrafo Único: É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula.

Artigo 157 - A matrícula nesta instituição será efetuada pelo pai ou responsável legal, conforme chamamento da Instituição de Ensino, a partir da autorização, enviada via e-mail por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 158 - A Instituição de Ensino realizará o primeiro contato com os pais ou responsáveis, por meio de telefone, a partir da autorização de matrícula informada pela Secretaria Municipal de Educação. Encontrado os responsáveis, estes terão até 3 (três) dias úteis para comparecer com a documentação necessária à Instituição de Ensino para efetivar a matrícula.

Artigo 159 - Para a matrícula de ingresso para 1º ano do Ensino Fundamental, caberá a instituição de educação infantil, a divulgação do período de matrículas, aos pais de alunos que atualmente estão matriculados no Pré II.

Artigo 160 - No ato de matrícula, os pais ou responsáveis tomarão conhecimento das disposições gerais do Estabelecimento.

Artigo 161 - A matrícula será feita em formulário próprio que contenha os dados essenciais para identificação da criança e situação familiar, ficha de saúde, termo de uso de imagem bem como a assinatura dos pais ou responsável.

Artigo 162 - Haverá renovação de matrícula, mediante a assinatura do pai, mãe ou responsável.

I - No ato da matrícula os pais ou responsável legal deverão apresentar obrigatoriamente, a seguinte documentação:

- a)** Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
- b)** Cópia da fatura de energia elétrica (expedida em até 90 dias);
- c)** Atestado de Vacina (obtido mediante a apresentação da carteira de vacina a uma Unidade de Saúde);
- d)** Cópia do cartão do benefício Bolsa Família (se for beneficiário);
- e)** Cópia de documento que conste o número do NIS do aluno (se for da Educação infantil e beneficiário da Bolsa Família);
- f)** Cópia do cartão do SUS;
- g)** Cópia do RG (caso o aluno possua);
- h)** CPF do responsável pela matrícula;
- i)** Histórico escolar ou declaração de transferência expedida pela escola de origem.
- j)** Ficha individual do aluno com as notas já lançadas pela escola de origem.

II - Para a rematrícula de estudantes deverá ser realizada de forma presencial seguindo os critérios abaixo;

- a)** Novo atestado de vacina;
- b)** Cópia da fatura de energia elétrica (expedida em até 90 dias);
- c)** Em caso de mudança de outros dados do cadastro do aluno, deverá ser apresentada documentação que comprove a alteração;
- d)** Xerox do cartão Bolsa Família, caso torne-se beneficiário.

III – Para matrículas por transferência, além dos documentos básicos especificados para a matrícula de ingresso, é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Histórico Escolar e/ou Declaração da escola de origem;
- b)** Declaração de existência de vaga (obrigatória em caso de transferência dentro da rede municipal);

§ 1º - A escola de origem terá o prazo de trinta dias para a apresentação do Histórico Escolar, conforme Deliberação 07/2009.

Artigo 163 – A matrícula ou rematrícula anual do estudante obedecerá às normas, diretrizes e cronogramas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã.

Parágrafo único: O pai/responsável que não efetivar a matrícula na escola indicada na lista enviada pela Secretaria Municipal de Educação, não terá direito a solicitar a transferência para outra instituição.

Artigo 164 Para as matrículas por transferências além dos documentos básicos especificados para a matrícula de ingresso é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

a) Histórico Escolar, Declaração ou Guia de Transferência da escola de origem;

Declaração de existência de vaga (obrigatória apenas em caso de transferência dentro da rede municipal);

§ 1º Fica vedada a matrícula por transferência, sem a apresentação dos documentos relacionados no *caput*, salvo em casos de transferências oriundas de países estrangeiros e da EJA, devendo-se, nestes casos, serem adotados os procedimentos legais para classificação, constantes na instrução normativa 10/2010.

§ 2º Fica restrita a matrícula a alunos comprovadamente residentes no município, conforme Deliberação 005/2017.

§ 3º Dos períodos e dos procedimentos destinados para matrículas de alunos concluintes do 5º ano do ensino fundamental os pais ou responsáveis de alunos que cursam o 5º ano do Ensino Fundamental, receberão a indicação do Núcleo Regional de Ensino, sobre qual instituição de ensino deverá proceder a matrícula de seu filho, conforme georreferenciamento ou fluxo, para garantia de vaga no 6º ano do Ensino Fundamental, mantido pelo poder público estadual.

Artigo 165 - Cabe a cada instituição de ensino, a comunicação oficial aos pais/responsáveis sobre o período de rematrículas e a elaboração de cronograma para atendimento da comunidade escolar.

4.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades pedagógicas, normalmente, são pessoas ou instituições que apóiam as ações de programa de diversas formas, inclusive financeiramente: empresas, pais, familiares e outros os que favorecem a interação entre os estudantes. Ao realizarem exercícios em conjunto, os alunos desenvolvem o sentimento de cooperação e tornam-se mais sociáveis. Além disso, a interação com os colegas só tem a enriquecer o processo de aprendizagem.

Exemplos:

- Programa – Jovens Empreendedores Primeiros Passos - JEPP
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD;
- Programa de responsabilidade social do Sistema FAEP – AGRINHO;
- Prática Educativa de Trânsito - Escola de Trânsito;
- Programa “A união faz a vida” – SICRED;
- Projeto Transformação;
- Projeto “Estágio de apoio a docência”, por meio de celebração de convênio entre o município de Ibiporã e a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

4.5 ESPAÇO FÍSICO

Espaços Físicos	Quantidade	Funções Pedagógicas
Salas de aula	21	Espaço organizado com lousa, carteiras, cadeiras, armários a maioria com lousas digitais para os alunos (transmissão de conhecimentos e realização de atividades/conhecimento).
Sala dos professores	01	Espaço organizado com mesas e cadeiras. O espaço é utilizado para preparação de aulas e organização dos materiais.

Secretaria	01	Espaço organizado com mesas, armários, cadeiras, computadores, arquivos ativos, utilizado para atendimento aos pais, documentação escolar e atendimento pedagógico.
Direção/coordenação	01	Espaço organizado com mesa, armários e cadeiras. Utilizado para reuniões, atendimento individual aos pais/responsáveis, professores e funcionários e alunos.
Patio	1	Espaço para utilização comunitário com cobertura e bancos.
Biblioteca	01	Espaço organizado com bancadas (prateleiras) cadeiras. Pesquisa em livros e contação de histórias.
Quadra Poliesportiva	01	Espaço coberto e iluminado. Servido como local de recreação, interação e atividades físicas.
Cozinha	01	Espaço organizado com armários, geladeira, freezer, congeladores, forno elétrico para preparação de alimentos.
Refeitório	01	Espaço organizado com mesas e bancos para alimentação dos alunos;
Depósito de mantimentos	01	Espaço organizado com armários para armazenamento e conservação dos alimentos.
Sala de arquivo	02	Espaço organizado com armários para organização de materiais e arquivo da secretaria.
Depósito de material de Educação Física	01	Espaço organizado com armários para organização de materiais de Educação Física.

Banheiros para alunos Femininos	02	Necessidades fisiológicas.
Banheiros para alunos Masculinos	02	Necessidades fisiológicas.
Banheiros adaptados	02	Necessidades fisiológicas de cadeirantes.
Banheiro para Funcionários: Feminino e masculino	01	Necessidades fisiológicas.
Lavanderia	01	Espaço organizado com bancada, máquina e armários para lavagem e higienização dos utensílios.
Consultório odontológico	01	Consultório para atender os alunos na área de odontologia.

4.6 REGIMENTO INTERNO

O estabelecimento de ensino funciona em período integral das 07h30 às 17h00.

O horário de permanência do Ensino Fundamental na instituição será das 07h30 às 16h00.

Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de entrada e saída, do Ensino Fundamental.

Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de saída, do Ensino Fundamental.

O horário compreendido entre 16h00 e 17h00 é destinado ao professor do Ensino Fundamental, que desenvolverá atividades complementares à docência.

Em todas as modalidades a retirada antecipada das crianças pelos pais ou responsável (declarado no ato da matrícula) será admitida em casos especiais, com anuência da direção e mediante assinatura de termo de responsabilidade.

A criança que, por graves razões, precisar permanecer no Estabelecimento além do horário estabelecido, até as 16h15 ficará sob a responsabilidade da Diretora ou, em sua ausência, de pessoa designada por ela.

O não cumprimento dos horários, três vezes ao mês, sem a devida justificativa, implicará em descumprimento regimental, podendo a direção da instituição tomar as medidas punitivas cabíveis.

Esta Instituição de Ensino acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais.

Todo estudante desta escola têm direito a:

Educação pública gratuita e de qualidade:

Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;

Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.

Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;

Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;

Receber Boletim Escolar ou Parecer (Educação Infantil) e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;

Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;

Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;

Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.

Liberdade individual e de expressão:

Organizar, promover e participação dos alunos no ambiente escolar;

Participar da publicação de jornais ou boletins informativos escolares, desde que produzidos com responsabilidade e métodos jornalísticos, que reflitam a vida na escola ou expressem preocupações e pontos de vista dos alunos;

Decidir sobre as vestimentas pessoais que portará, assim como sobre distintivos ou adereços de uso estritamente pessoal, exceto nos casos em que sua apresentação represente perigo a si ou aos demais, ou quando divulgar ideias racistas, preconceituosas, difamatórias, obscenas ou cuja circulação perturbe o ambiente escolar;

Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.

Tratamento justo e cordial:

Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar, sendo assegurado a ele:

Ser informado pela direção da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis consequências de suas atitudes em seu rendimento escolar e no exercício dos direitos previstos neste Regimento Escolar;

Ser informado sobre procedimentos para recorrer de decisões administrativas da direção da escola sobre seus direitos e responsabilidades, em conformidade com o estabelecido neste documento e com a legislação pertinente;

Estar acompanhado por seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto a desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em sua transferência compulsória da escola.

Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades:

Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

Estar preparado para as aulas e manter adequadamente livros e demais materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;

Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;

Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;

Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;

Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;

Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;

Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;

Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;

Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;

Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

DAS CONDUTAS DOS ESTUDANTES QUE AFETAM O AMBIENTE ESCOLAR / FALTAS DISCIPLINARES

As condutas dos estudantes consideradas incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriado ao ensino-aprendizagem e que são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares são:

- Ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares, sem prévia justificativa ou autorização da direção ou dos professores da escola;
- Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;
- Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;
- Utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, Pager, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;
- Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
- Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou nos corredores da escola;
- Desrespeitar, desacatar ou afrontar a equipe gestora, professores, funcionários ou colaboradores da escola;
- Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;
- Ativar injustificadamente alarmes de incêndio ou qualquer outro dispositivo de segurança da escola;
- Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;
- Estimular ou envolver-se em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;

- Comportar-se, no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo etc.;
- Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;
- Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;
- Participar, estimular ou organizar incidente de violência grupal ou generalizada;
- Apropriar-se de objetos que pertencem a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;
- Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da equipe escolar, estudantes ou terceiros;
- Portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, ainda que não seja de fogo, no recinto escolar;

Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal.

Além das condutas descritas acima, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que professores ou a equipe gestora considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriada ao ensino-aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da falta, a idade do aluno e a reincidência do ato.

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

O não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao estudante as seguintes medidas disciplinares:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito, notificando aos pais ou responsáveis;

- Retirada do estudante de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento ao Núcleo de Direção para orientação;
- Convocação dos pais ou responsáveis para ciência dos fatos, e assinatura de Termo de Advertência junto à equipe pedagógica, para tomada de medidas visando solucionar o problema.
- Propor roda de diálogos para fins de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou participação facultativa em círculo restaurativo;
- Tomadas todas as medidas por parte da escola, havendo reincidência, a diretora da instituição convocará reunião com os pais ou responsáveis para informá-los do encaminhamento do caso ao Conselho Escolar, a qual receberá a notícia do fato juntamente com a documentação existente;
- Em havendo necessidade, a escola encaminhará o fato ao Conselho Tutelar, juntamente com os documentos pertinentes ao caso.

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

As medidas disciplinares serão aplicadas ao estudante em função da gravidade da falta, idade do estudante, grau de maturidade e histórico disciplinar, comunicando-se aos pais ou responsáveis.

As medidas previstas anteriormente serão aplicadas pelo professor ou diretor;

As faltas disciplinares descritas nos itens XVIII a XIX do artigo 86 serão, necessariamente, submetidas ao Conselho de Escola para apuração e aplicação de medida disciplinar, e nesse caso os gestores escolares informarão a Diretoria da Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã sua ocorrência e a medida disciplinar aplicada.

Em qualquer caso será garantido amplo direito de defesa, ao estudante e aos seus responsáveis, cabendo pedido de revisão da medida aplicada e, quando for o caso, recurso ao Conselho Escolar.

A aplicação das medidas disciplinares previstas não isenta os alunos ou seus responsáveis do ressarcimento de danos materiais causados ao patrimônio escolar ou da adoção de outras medidas judiciais cabíveis.

DOS RECURSOS DISCIPLINARES ADICIONAIS

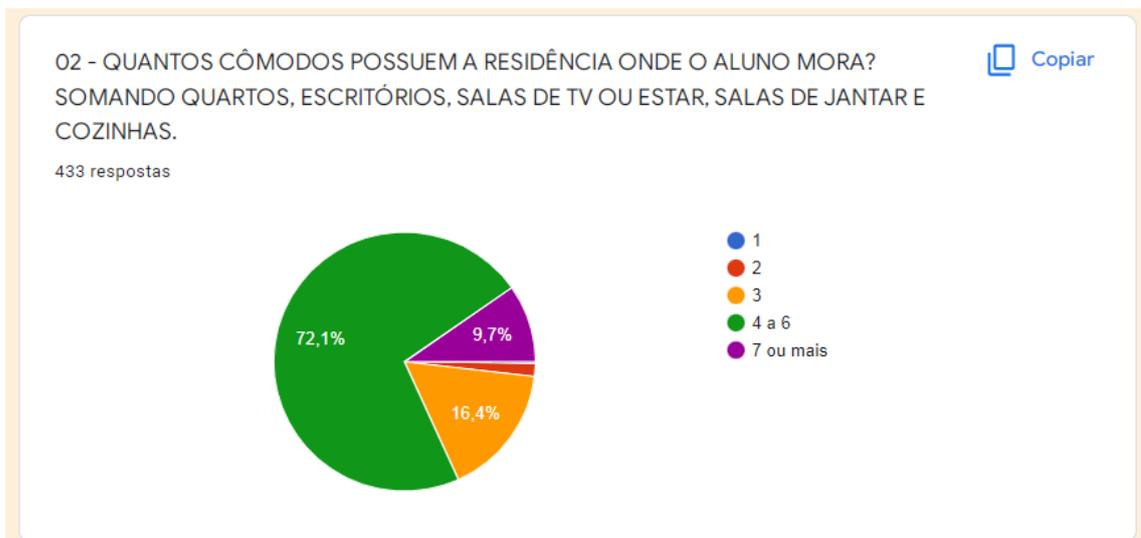
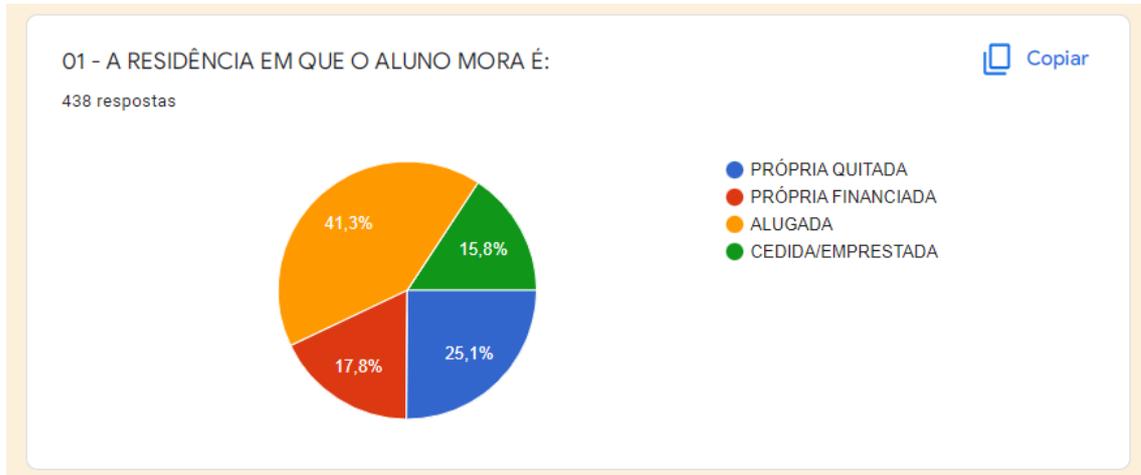
Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas no artigo específico deste regimento, professores, equipe gestora e o Conselho Escolar Municipal podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

- Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;
- Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;
- Reuniões de orientação com pais ou responsáveis;
- Propor encaminhamentos a serviços de orientação em situações de abuso de drogas, álcool ou similares;
- Encaminhamento a serviços de orientação para casos de intimidação baseada em preconceitos ou assédio;
- Encaminhamento aos serviços de saúde adequados quando o aluno apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;
- Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do aluno que demande tal assistência especializada;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;
- Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro das dependências escolares.

5.0 – ANÁLISES DA REALIDADE ESCOLAR

De acordo com informações obtidas através de questionário, apresentamos alguns resultados da realidade escolar de nossa comunidade, com base nos dados levantados foi constatada que a comunidade atendida é formada, na sua maioria, por famílias grandes, em casas alugadas, a maioria mora com os responsáveis, e uma renda familiar de até um salário mínimo.

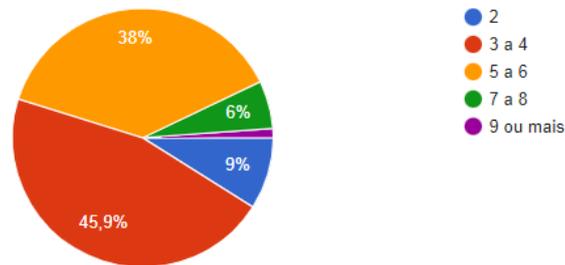
Através da pesquisa, verifica-se que a maioria mora no próprio bairro que pode ser classificado como carente, e, um número significativo de alunos mora em bairros vizinhos necessitando de transporte (carro, moto ou transporte de escolares) para se locomover até a escola.



03 - QUANTAS PESSOAS VIVEM NA RESIDÊNCIA ONDE O ALUNO MORA? INCLUINDO FILHOS, IRMÃOS, PARENTES, AMASIADOS E AMIGOS.

 Copiar

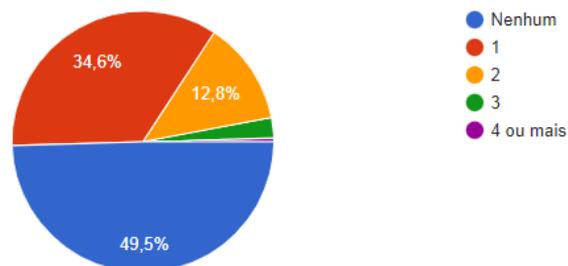
434 respostas



04 - QUANTOS CARROS/MOTOS EXISTEM EM SUA RESIDÊNCIA?

 Copiar

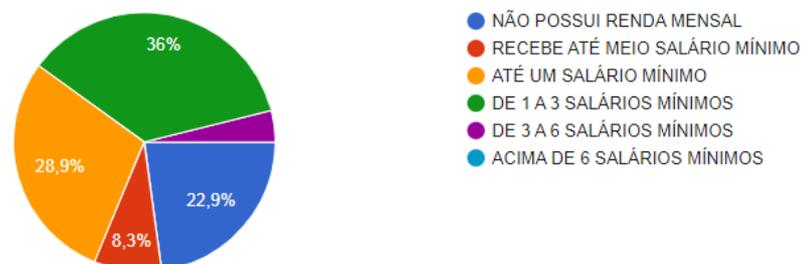
436 respostas



05 - QUAL A RENDA MENSAL DA FAMÍLIA DO ALUNO? (Salário mínimo R\$ 1.110,00)

 Copiar

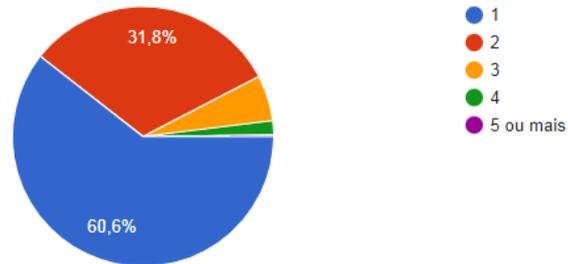
433 respostas



06 - QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A OBTENÇÃO DESSA RENDA FAMILIAR?

 Copiar

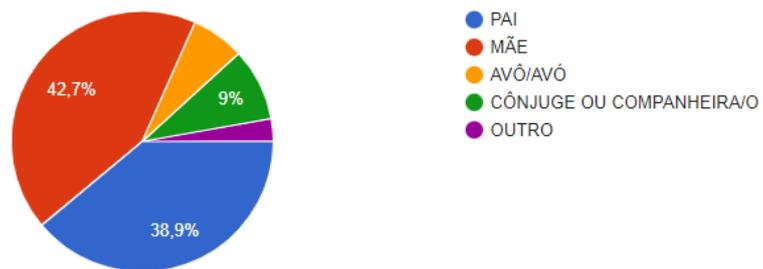
406 respostas

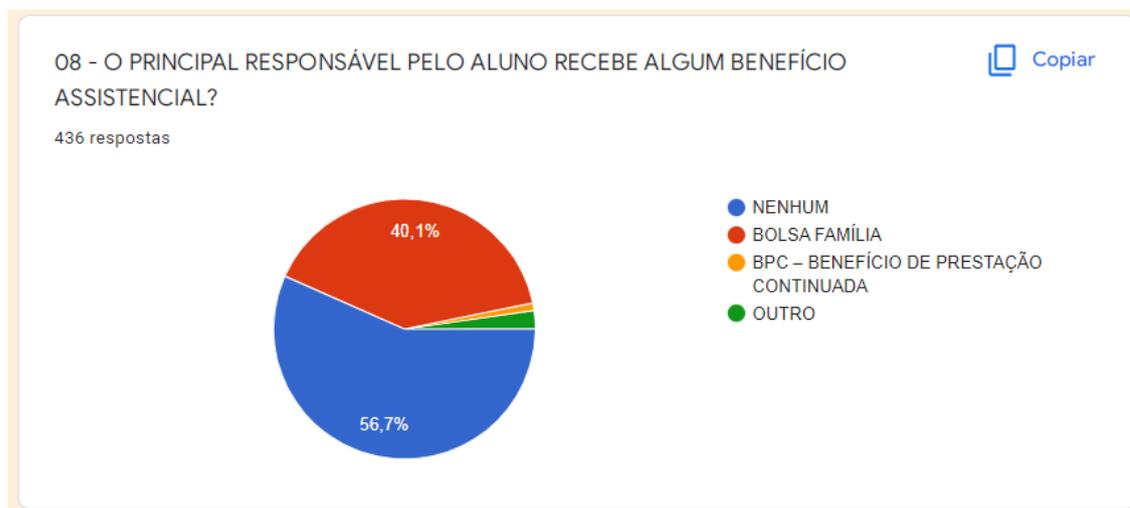


07 - QUEM É A PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR?

 Copiar

424 respostas





6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Diante da necessidade de adequação e elaboração da proposta política pedagógica (PPP) das instituições municipais da rede de educação de Ibiporã, o presente documento tem o objetivo de elucidar os rumos que a educação municipal buscou trilhar para minimizar o contexto pós-pandêmico do presente momento e iniciar uma retomada educacional prezando pela qualidade e aplicabilidade dos conteúdos alinhados à BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.

A proposta política pedagógica municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e

estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comuns para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

A fim de colaborar para a elaboração do PPP municipal, destacamos aqui a contribuição da teoria Histórico-Cultural, mas deve-se salientar que caberá a cada instituição agregar mais citações para o documento caso necessário.

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:

Quadro 1 – Teoria Histórico-Cultural

TEORIA	Teoria Histórico-Cultural
OBJETIVOS	Possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz destas teorias, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos
PRECURSORES	Lev Semenovich Vigotski, a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e, ainda, a respectiva Didática dessa pedagogia desenvolvida por João Luiz Gasparin.

PAPEL DO PROFESSOR	<p>O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando os avanços que não ocorreriam espontaneamente.</p> <p>[...] A intervenção do professor é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo</p>
RELEVÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. - Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento da criança: o primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real e o segundo, de zona de desenvolvimento proximal. → Nível de desenvolvimento real: é o nível de desenvolvimento da criança onde suas funções mentais já se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados; → Zona de desenvolvimento proximal ou potencial: é o nível de desenvolvimento da criança determinado através da capacidade de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes. - A aprendizagem é o motor do desenvolvimento.

6.1 – CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A escola exerce dois papéis fundamentais na sociedade: socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes. Esses dois papéis compõem a formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade. O papel da escola na formação do cidadão é essencial para o bom funcionamento da sociedade. De todo educador e de toda instituição da Educação Básica é esperada atenção especial a esse propósito social e, ainda mais após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, esse princípio deve nortear cada etapa do processo de aprendizagem.

O objetivo deste projeto político pedagógico é tecer relações entre currículo e gestão no âmbito da escola, sem desconsiderar o plano maior da política educacional em que se insere. Defende-se a escola pública como protagonista da

recontextualização de políticas públicas e capaz, portanto, de construir relações genuinamente democráticas entre currículo e gestão. Considera-se que o currículo em ação com vistas à emancipação humana vincula-se diretamente aos conceitos de democracia e de cultura, na perspectiva da interculturalidade. Entende-se a função administrativa/gestora tanto na dimensão concernente à administração escolar propriamente dita quanto na dimensão pedagógica, visto que a razão de ser, ou o fim por excelência da escola é a educação dos estudantes, o que a dota de finalidade e natureza peculiares e supõe critérios especiais de organização. Tais critérios precisam ser estabelecidos em conformidade com as características do trabalho nela desenvolvido, ou seja, o trabalho pedagógico. Considerando-se ser este último da alçada do currículo, fica evidenciada a inevitável existência de relações entre ele e a administração/gestão, ideia que o texto defende a referência teoricamente.

6.1.1 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho com Sistema Educacional Estruturado é uma proposta que compartilha as práticas e que dialogam com os valores da educação em direitos humanos e que, de alguma forma, contribuíram com mudanças positivas no dia a dia da escola e/ou da comunidade em torno dela e em todo município. Dando a todos os alunos equidade dentro da proposta de ensino visando a formação de cidadãos que tenham a mesma oportunidade.

As práticas podem ser referentes aos diferentes segmentos da escolaridade (Educação infantil e Ensino Fundamental), no âmbito discente (entre professores, gestores, coordenadores e diretores) ou mesmo com demais atores da comunidade escolar (incluindo, assim, atividades com familiares e funcionários da escola).

Sabemos que cada escola tem suas peculiaridades, tanto pelo espaço geográfico e físico que possuem quanto pela realidade das pessoas que ali se

relacionam, mas acreditamos que ao compartilhar e comentar os resultados da *sua* prática o sistema educacional integrado respeita essas peculiaridades mas com o objetivo final de aprendizagem igualitário mas respeitando as raízes sociais de cada família.

6.1.2 O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Vale ressaltar que a concepção de escola como espaço para o aprendizado dos estudantes foi também muito bem sistematizada pelos profissionais da educação da escola, os quais participaram das discussões sobre o PPP. Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno. Esta formação perpassa por:

1. Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.
2. Transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.
3. Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que este se insere.
4. Formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano
5. Autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual. No entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes:

1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições.

2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos, era obrigação dos pais.

A educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função. É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos estudantes (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”.

Concebe-se que é um direito do aluno ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores e funcionários cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica.

Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola. Cabe aos professores da escola, ante a esta compreensão, reconhecerem-se como os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta de ensinar bem a todos. O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido.

Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha. Isto pressupõe a necessidade de:

□ Destacar o papel de todos, da gestão, dos professores para garantir essa aprendizagem.

□ Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.

□ O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem). No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito escolar, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina e implica, portanto, em postura e visão de mundo.

O acesso ao conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais. Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

6.1.3 A ESTRUTURA DISCIPLINAR E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Quando se propõe uma estrutura curricular organizada em conhecimentos disciplinares é preciso refletir sobre a efetividade desse currículo de forma contextualizada. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita - há um planejamento de conteúdos, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta é pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não explícita, em especial na

área de humanas. Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- Trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- Relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- Coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores regentes e de projetos. Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que se tenha maior aprofundamento teórico e compreensão da Proposta Pedagógica. Um currículo interdisciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social e econômica de sua comunidade. Concebe-se assim que a mediação teórica-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade. Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. O conhecimento trabalhado em sua

totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica. .

6.2. A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO

Conceber uma escola inclusiva pressupõe entender o próprio projeto pedagógico de uma escola que se proponha emancipadora. Isto, sobretudo, passa pelo currículo concebido em sua dimensão política. Segundo o grupo “a escola em si, a comunidade e, mais que isso, a mentalidade vigente culturalmente; podem colaborar de maneira crítica para equacionar as culturas que convivem socialmente, buscando o respeito às identidades diversas na escola”. Entendendo que os sujeitos da escola são: agentes educacionais, alunos, comunidade, professores, equipe pedagógica e diretiva, é necessário repensar o currículo e a construção do conhecimento, bem como a análise de valores, conceitos e métodos.

Perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, pressupõe conceber os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias. Valorizá-los não pode, de forma alguma, confundir a escola com espaço clínico ou terapêutico, pelo qual se prima pela subjetivação dos processos. O processo inclusivo é objetivo na medida em que se concebe o aluno como sujeito que, em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, então, mediado pela socialização e reconhecimento de tais diferenças com respeito pela singularidade do gênero humano.

A análise realizada pelos professores da escola considera que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e for incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que

será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, o currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertadas no tempo e espaço escolar, ele expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo. A partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas, sobretudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e esta escola. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como protagonistas da história. Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada no interior da Instituição escolar.

No seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas. O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que

ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o estudante, necessariamente o próprio professor busca relações que suscitem conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero e raça. É na totalidade, na condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “Desafios Educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade.

Portanto, eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o. Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados desafios educacionais no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, os pretendidos e o feito. Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento.

A democratização do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito. Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

6.2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apenas a integração de uma pessoa numa escola regular, não a inclui realmente, porque isso se faz mediante preenchimento de uma matrícula, de uma vaga na escola. Porém, se o aluno não encontra na escola condições de aprendizado, ele está sendo segregado, não incluído. É que o mundo da escola é muito restrito e daí, luta-se pela inclusão, que é ampla e abrange toda a sociedade. Na verdade, inclusão seria educação de toda a sociedade para aceitar e ver as diferenças como uma oportunidade que se descortina, um novo horizonte de conhecimentos. A luta continua, agora, é pela inclusão de fato, isto porque ainda nos falta um amadurecimento na sociedade e na capacitação dos envolvidos na educação como um todo. Confirma isso GUIMARÃES (2002 P. 11) ao comentar que “A luta do século que se inicia é pelo direito de permanecer na escola, o direito de não ser excluído do processo educacional” ideia que é defendida também pela autora abaixo.

A inclusão, como os demais movimentos provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da cidadania plena, é uma denúncia ao que Hannah Arendt chamou de “abstrata nudez”, pois é inovação incompatível com a abstração das diferenças, para chegar a um sujeito universal. (MANTOAN, 2006.p. 17”)

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 9394/96 prescreve que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A escola deve ser o sair de casa todos os dias para todos os menores de idade, contudo isso não significa a exclusão do adulto, mas sim, sua livre vontade para escolha. A inclusão visa transformar a sociedade, a passos lentos, porém não impossível.

A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes às diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a

partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. (FIGUEIREDO, 2010.p.38)

Na inclusão todos aprendem a conviver com o diferente, o professor amplia seu conhecimento e se força inovar sua metodologia. Nas salas de aula há trocas, cooperativismo, coleguismo. O direito à educação escolar não pode ser negado e é uma forma de ajudar a todos a lutarem por sua liberdade.

A Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt juntamente com a Secretaria Municipal de Educação oferece aos alunos de Educação Especial sala apropriada para essa modalidade, aos alunos com síndromes laudadas são auxiliados por monitores, alunos com dificuldade de aprendizagem são atendidos em salas multifuncionais.

Representa um avanço visto que nem todos os professores foram capacitados para esse trabalho. Por exclusão educacional entende-se qualquer pessoa que por desventura não frequenta uma escola, mas a maior exclusão de fato encontra-se no momento em se vê um aluno na escola com dificuldades de aprendizagem e nada é feito para que este saia dessa condição. Faz-se então necessário um trabalho que englobe fundo monetário de participação (essa é a parte do governo), o grande desejo de a escola refazer sempre seu projeto pedagógico de modo a poder flexibilizar o ensino e uma proposta que valorize o deficiente na sociedade.

“Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, adequação arquitetônica dos prédios escolares e organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações.” (GLAT, 2007.P.38)

A educação é o caminho básico para uma vida em sociedade. A educação transmite a cultura e ao mesmo tempo amplia os horizontes e faz o jovem sonhar com a vida a qual participa, tem sua independência, tem conhecimento da sociedade em que vive e do mundo que o rodeia. Para GUIMARÃES (2002.p.12) “educação pública não deve ter sua destinação determinada pelas necessidades do mercado.”

E, por falar em mercado, o deficiente também tem conhecimento de suas limitações, mas pela educação sabe que pode superar muitas delas. COOL (et al., 2004) é também uma das referências a nos informar que a educação especial passou por profundas transformações durante o século XX. O mundo da educação ampliou seu modo de pensar vendo a ideia de que todos somos iguais perante a lei. Essa é a base que permitiu os movimentos sociais irem mais longe exigindo escola para todos os deficientes. Contudo essa exigência não pode partir do apenas “nós queremos, nós exigimos”. A educação como um todo passou por uma intensa reflexão tanto no estudo de cada tipo de deficiência, como também ajuda na análise de como as escolas podem ajudar na inclusão dessas crianças ou adultos no mundo escolar e na vida em sociedade. Esse mesmo autor nos ensina que durante a primeira metade do século XX, acreditava-se que as deficiências eram puramente orgânicas, e isso os trouxe-nos duas consequências, uma é a necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno, e a outra é a certeza de que tais alunos deveriam estar numa escola especial.

Acreditava-se que basta apenas inserir um aluno numa escola especial e o problema da inclusão estaria sendo resolvido. Sendo esse um pensamento equivocado lembrando que isso se chama “integração” e não inclusão. MARCHESI (2004, p. 24) afirma haver três tipos de integração assim sintetizados:

1. A integração física ocorre quando há classes de educação especial na escola regular, mas os alunos continuam de alguma forma separados da escola embora possam compartilhar algumas dependências da mesma, como o pátio ou o refeitório.
2. A integração social ocorre da mesma forma que a integração física, porém, o que une os alunos regulares aos especiais são os jogos e as outras atividades extraescolares.
3. A integração funcional ocorre quando alunos especiais participam da dinâmica da escola e estudam nas classes comuns.

Contudo, isso ainda não é inclusivo e está totalmente acontece nos moldes dos seguintes conceitos. A inclusão, portanto, é:

“Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente,

estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.” (SASSAKI, 1997, p. 41)”

SASSAKI (1997) vê que inclusão não é apenas levar a criança ou jovem às escolas, mas que essa participação seja efetivamente da sociedade também. É, acima de tudo, viver com dignidade. Uma pessoa com necessidades especiais de educação também precisa que a sociedade seja educada, pois a vida depende de trocas, entendimento, respeito valores, etc.

Incluir é ensinar e aprender conforme se lê abaixo:

“[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p. 44)”

A proposta da escola inclusiva vem, portanto, de uma data nem tão pouco recente, um pouco mais de três décadas e, considerando a vastidão do país e seus enormes problemas típicos de um país em desenvolvimento, é natural haver ainda muito que fazer e aprender nessa área tem-se a história de lutas continua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN 9394/96) ampara todos os brasileiros estabelecendo, no Art. 2º, que a educação é um direito da família na busca de pleno desenvolvimento para tal. Mas essa igualdade de condições nem sempre foi para todos. A educação especial ressentiu-se de escolas com degraus para subir, (o modelo de estrutura dos prédios é sempre o mesmo, contendo as salas de aula no andar de cima) de falta de professores e equipamentos especiais. Os governos brasileiros sabem que devem cumprir as leis constitucionais, possibilitar também o cumprimento da Declaração de Salamanca,

dotando as unidades escolares de recursos que ajudem os alunos a se desenvolverem.

O fator gerador monetário para que as escolas consigam cumprir seu papel na inclusão é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Diretrizes da Educação Nacional) conforme resolução nº4/2009, artigo 8, do CEB (Conselho Nacional de Educação) que contabiliza em dobro as despesas escolares de um aluno com necessidades especiais.

“Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB N°. 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular, público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

- a) O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada;
- b) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- c) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- d) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- e) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2009 apud BRANDÃO,C 2010. p.6)

Essa resolução deixa clara a origem dos recursos monetários para que as escolas façam seu trabalho, e que o aluno especial deva ser matriculado se for preciso, em duas modalidades de recursos para o aprendizado como, por exemplo, classe comum e em centro de Atendimento Educacional, sempre sala comum em primeiro lugar e, daí, caso necessite, outra modalidade especial.

A escola deve ser o lugar no qual toda criança pode crescer com sabedoria. É ela, a escola, que proporciona um encontro com os amiguinhos, lá se faz mais amigos, (briga, também, por que não?); as brigas ajudam a se conhecer e a conhecer as diversidades. A escola deve dar conta de todos os alunos, fazer com

que todos tenham vontade de frequentá-la. Os grandes desafios da educação, de acordo com GUIMARÃES, 2002.p.59-51, garantir a escolarização adequada aos alunos, principalmente aqueles que apresentam necessidades especiais, transformando a escola em um espaço democrático. Na parte legal, o desafio tende ser buscar coerência entre discurso e prática. Nas escolas, romper com a dicotomia da integração, que apenas recebe a criança, todavia não a inclui de verdade oferecendo professores de apoio e pedagogos competentes. A orientação em GUIMARÃES (2002), MANTOAN (2006). GLAT (2007) entre outros, é que as escolas devem elaborar um projeto pedagógico que atenda a cada situação diferenciada, que promova a interação entre alunos, família e escola.

Não faz sentido, porém, as escolas seriadas, as provas, as avaliações escritas para todos os alunos visto que, por necessidades especiais entende-se também os cegos, os hiperativos, etc. E os desafios não param, e a escola inclusiva não põe barreiras no caminho de quem tem o direito de estar frequentando e interagindo com o meio escolar e, sobretudo, aprendendo. Sobre esse assunto, mais uma vez cita-se:

A escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem a todos. Não apenas as aprendizagens acadêmicas, mas aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na construção de um sujeito. (GUIMARÃES, 2002.p.51).

A Convenção das Nações Unidas (2006) orienta sobre como deverão ser as escolas inclusivas. Teoricamente, basta que as escolas de ensino regular façam a matrícula da criança deficiente e a subsidie com professores competentes. Porém não é só isso. A escola precisa preparar esse aluno para enfrentar a vida, para se qualificar a fim que possa ser inserido na sociedade, quer dizer, as escolas precisam dar um passo muito grande para a inclusão.

Apesar de estar claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- o amparo legal aos portadores de qualquer tipo de necessidades especiais, muito avanço ainda está por vir.

A necessidade da inclusão está na LDBEN e na Declaração de Salamanca e Convenções, não são todas as escolas do Brasil que atendam a esse pedido. É que para cumprir essa Lei as escolas precisam de professores correr.

Em algumas regiões a Secretaria de Educação do Estado propõe um atendimento especial em uma escola polo, provando assim que não são todas as escolas providas de tudo ou uma inclusão de verdade precisa para funcionar com a devida qualidade que todos merecem como complementa FIGUEIREDO (2010. p. 34).

Não basta garantir a acessibilidade, ou seja, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e de aprender. Neste sentido, nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino.”

Transformar a escola é inová-la e buscar informações, concretizar o Projeto Político, é assegurar escola para todos e isso não quer dizer que “as matrículas estão abertas”, e sim dizer que as crianças na escola serão vistas pelas outras como um amigo, e serão aceitas naquela turma. Transformar a escola também é transpor mar a classe em um ambiente acolhedor. A escola precisa ser mais democrática, professores e gestores e equipes diretivas devem trabalhar juntos, compartilhar projetos. (FIGUEIREDO, 2010.p.37) complementa:

Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todo em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem”

Um planejamento participativo só dará bons resultados se realmente professores e toda a escola se engajarem. Esse tipo de trabalho visa a dar mais respostas eficazes em se tratando de contribuições que cada pessoa pode apresentar.

Com o objetivo de se organizar perante as exigências da Conferência de Jontien e da Declaração de Salamanca, o Brasil estabelece na Constituição Federal (1988) os artigos 205 (educação direito de todos), artigo 206, Inciso I, (igualdade de condições de acesso e permanência na escola) e no artigo 208, oferta de atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino. (Em 1990 é publicado o ECA (Estatuto da criança e do adolescente), que permeia entre muitas determinações a Lei 8069/90, em que os pais são obrigados a matricular seus filhos com necessidades educacionais). Sempre que haja necessidade, surgem novas leis e/ou Resoluções garantindo o amparo e a permanência de pessoas deficientes nas escolas. Visto ser um tema relativamente novo carecendo de amadurecimento.

Em 1999 surge o Decreto n 3.298 que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as metas e diretrizes de educação para um período de dez anos (2014/2024). O importante é que esse Plano também é elaborado a nível estadual e municipal, permitindo que todos os envolvidos possam opinar e, nesse sentido, a educação de deficientes pode ganhar mais espaço.

A inclusão, de fato, norteia um Brasil para daqui a mais algumas décadas, visto ser nosso país uma escolha de trocas constantes de políticos governantes que não têm tratado esse tema conforme a abrangência que o problema possui.

Há muito trabalho ainda a ser feito, porém, os primeiros passos já foram dados, contudo muitas barreiras ainda existem:

- Saúde pública: a maioria dos brasileiros depende dela, que anda cada vez mais precária, contendo poucos médicos especializados e nenhuma política preferencial.
- Área social: as verbas para essas áreas são as menores e o destino do pouco que chega às cidades tende a ficar estagnado, sem condições de resolver algum bom programa.
- Áreas de lazer, esporte e cultura praticamente não há projetos.
- Educação especial: às vezes, em alguns municípios, a escola especial é só mesmo um passeio para os alunos, pois não há estrutura alguma para funcionar como deveria; as escolas comuns também não atendem como deveriam por falta de

estrutura pedagógica. A realidade ainda é um desafio e não se deve esperar que milagres aconteçam, e a única forma de mudar é continuar lutando por uma inclusão em todas as áreas.

Independente de qualquer limitação, a criança deve freqüentar a escola e ter acesso a tudo que disponibilizado regularmente às outras crianças, outro princípio dessa educação inclusiva é que toda pessoa é capaz de aprender, e que os princípios básicos do ensino e finalidade da educação são:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc.;
- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Para trabalhar a inclusão em sala de aula devemos:

- Estabelecer critérios de inclusão;
- Desenvolver trabalhos coletivos;
- Determinar estratégias de cooperação;
- Realizar adaptações necessárias;
- Envolver a família;
- Apostar no uso da tecnologia;
- Criar atividades que envolvam todos os estudantes;
- Investir em acessibilidade.

Já na concepção de Educação Especial:

Ao descrever as Concepções de Educação Especial esta unidade prima pela Resolução 02/2001 do CNE que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, conforme também orienta tal Resolução a instituição assegura os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento especializado.

Seguindo a linha teórica Histórico-cultural nessa modalidade de ensino, seus conceitos não diferem das outras modalidades. Entendemos que o processo de adquirir conhecimento não é de origem somente biológica e sim, mediante as relações diversas a qual a criança está inserida. Todos aprendem através de signos e instrumentos que mediam esse processo. Cabe ao professor conhecer a realidade do aluno e atuar na zona de desenvolvimento proximal respeitando os limites da criança para o momento. Dentro dessa modalidade, Vygotsky afirma que "a própria deficiência cria mecanismos para compensar a deficiência". Sendo assim, cabe ao professor buscar meios e recursos para acessibilizar, ou seja, mediar esse processo de aprendizagem, pois todos podem aprender no seu tempo e na sua maneira.

A escola oferece Classe Especial que é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, onde o professor é especializado na área da deficiência mental onde utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. (*) Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 1º, § 1º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB17/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001, RESOLVE: Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Parágrafo único.

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, três necessidades de atendimento educacional especializado.

6.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Nas palavras do educador Paulo Freire “não existe ensino sem aprendizagem”. Para ele e vários educadores contemporâneos, “educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação de ensino-aprendizagem, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina e o educador ensina e aprende com o outro”.

A ação educativa acontece na relação educador e educando, mas é permeada pelo desejo incessante que aguça a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, estimula o aluno a perguntar, a conhecer. Para Paulo Freire, “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria” (2003, p. 52). Ainda de acordo com Paulo Freire, “O educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um mero facilitador” (2003, p. 177).

Portanto é preciso ter o entendimento que o ensino-aprendizagem envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística e se dá com o uso efetivo, respeitando os níveis pelos quais passam os sujeitos que aprendem, deixando de ser um ato mecânico e sendo um ato ativo. Onde aquele que aprende reflete e age sobre a linguagem oral e escrita.

Nesta perspectiva, a relação de ensino-aprendizagem promove o diálogo entre o conteúdo curricular e os conteúdos únicos, compostos pelas vivências, histórias e individualidade de cada um que circula pelos territórios educativos, sejam estes dentro ou fora da escola.

O processo ensino-aprendizagem faz com que nosso educando entre em contato com as mais variadas práticas de uso da língua oral e escrita. Sendo de apelos do mundo letrado para que se faça o domínio e uso da língua em situações significativas do cotidiano, reforçando assim a verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania.

6.4. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, a qual orienta a aplicação das Avaliações Diagnósticas, Avaliações Bimestrais, de Recuperação, Avaliações Externas integrantes do Sistema de Avaliação Escolar Municipal, bem como o reforço e recuperação aos alunos rede municipal de Educação de Ibiporã e dá outras providências.

No ambiente educacional desta escola, a avaliação compreende três dimensões básicas:

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA;

A avaliação institucional será realizada, por meio de procedimentos internos e externos, objetivando a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

A avaliação institucional interna desta unidade escolar consiste na aplicação de procedimentos de autoavaliação institucional e envolverá toda a comunidade escolar.

Os objetivos e procedimentos da autoavaliação institucional serão definidos pelo Conselho Escolar Municipal e serão amplamente divulgados entre os integrantes da comunidade escolar.

Da Avaliação Semestral de larga escala do Sistema Integrado – Máxi constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada, nas turmas do 1º ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ibiporã.

As questões que comporão a “Avaliação Semestral” serão pautadas nas Diretrizes da BNCC e Referencial Teórico do Paraná, onde atenderão à Matriz de referência para avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e a seleção das questões serão realizadas de forma colaborativa entre a Equipe Pedagógica da S.M.E e o Sistema de Ensino adotado pela Secretaria de Educação, serão observados os padrões estabelecidos para avaliações.

A Unidade Educacional receberá cadernos de provas, correspondentes a todas as turmas incluídas no sistema de ensino de cada unidade escolar, em conformidade com o disposto no art. 14 desta normativa, havendo a reprodução de

cadernos de provas ampliadas para alunos com baixa-visão, prova em Braille, prova adaptada para alunos surdos e em formato em Libras, que serão encaminhados para as Unidades Educacionais que possuam alunos com deficiência (surdez, cegueira, baixa-visão), cadastrados no Sistema de Ensino e confirmados pela S.M.E.

Caberá à S.M.E planejar e orientar as instituições de ensino quanto à execução das atividades de reforço e recuperação escolar, mediante avaliações diagnósticas aplicadas no retorno das aulas e bimestralmente. O sistema integrado de ensino adquirido pela S.M.E. dispõe de avaliação institucional para a gestão municipal, que servirá para acompanhamento dos resultados educacionais do município. Esse Sistema Integrado de Ensino deverá:

Sistematizar informações acerca do ensino oferecido pela rede e que traça o perfil da qualidade desse ensino, identificando as potencialidades e as possíveis fragilidades da gestão escolar em uma série histórica.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional permitindo o acesso online aos indicadores, por meio de usuário e senha individuais.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional possibilitando o levantamento de informações referentes ao município, por meio de dados disponíveis em sites oficiais, para composição do perfil da gestão municipal, os quais são atualizados ao menos duas vezes ao ano.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional que apresenta um grupo de indicadores fornecendo subsídios para que o gestor tenha uma visão mais ampla do município com base na análise de questões referentes às características populacionais, sociais e econômicas.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA;

A avaliação institucional externa será realizada pelos diferentes níveis da Administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos. São elas:

- Aprender valor;
- Prova Paraná;

- Prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB;
- Sistema Maxi

A síntese dos resultados das diferentes avaliações institucionais será consubstanciada em relatórios, a serem apreciados pelo Conselho Escolar Municipal e anexados ao Plano de Gestão Escolar, norteados os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM;

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, na qual orienta que institui modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibiporã, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

As avaliações são realizadas pelo método objetivo e aplicadas bimestralmente com o valor 5,0 pontos da avaliação elaborada pela instituição, sendo somados com o valor de outros 5,0 pontos da avaliação realizada pelo sistema Maxi, totalizando assim 1,0 pontos.

7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES – METAS

PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

Diante do diagnóstico apresentado, definiram-se algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição. Espera-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político Pedagógico que queremos.

- Conscientize os alunos
- Aplique o conteúdo na prática
- Dê feedbacks

- Deixe as aulas mais dinâmicas
- Um olhar constante.

PLANO DE AÇÃO 2022

Instituição Escolar: Escola Municipal Professora Alice Roma Bott Schmitt - EF		
NRE: Londrina	Paraná	DATA: 05/2022
MUNICÍPIO: Ibiporã		

DIMENSÃO	Redução de reprovação	de	Redução de abandono
FRENTES DE ATUAÇÃO	Alunos faltosos		- Presença dos alunos na escola.
	Defasagem de aprendizado	de	- Maior rendimento na aprendizagem
OBJETIVO QUE QUEREMOS ALCANÇAR?	- Presença dos alunos na escola. - Maior rendimento na aprendizagem.		- Participação mais ativo do responsável - Acompanhamento dos alunos
META QUAL RESULTADO ATINGIR?	- Máximo de frequência - Que os alunos alcancem o aprendizado suficiente para avançar de ano/serie.		- Aumentar o vínculo com a família do aluno. - Fortalecer a importância do aluno na escola.
PRAZO EM QUANTO TEMPO?	- Durante o ano letivo. - O necessário para superar as dificuldades		- Toda a vida escolar do estudante.
AÇÕES O QUE FAZER ONDE QUEREMOS?	- Conscientizando os alunos. - Reuniões com os pais, família; - Momentos de leitura. - Contação de histórias. - Reforço Escolar.		- Aumentar o vínculo com a família do aluno. - Fortalecer a importância do aluno na escola.

DETALHAMENTOS DAS AÇÕES COMO DESENVOLVER ESSAS AÇÕES?	<ul style="list-style-type: none"> - Aulas mais atraentes, diversificadas. - Atividades extraclasse - Trabalho em conjunto entre escola e família 	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade ao aluno e a família o direito de sugerir algo em prol da melhoria na vida escolar. - Troca de ideias. - Formação do comitê de busca ativa; - Monitoramento através SERP.
RESPONSÁVEL QUEM IRÁ EXECUTAR?	<ul style="list-style-type: none"> - Professor - Coordenação pedagógica - Direção Família 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Escola - APMF - Conselho tutelar - Alunos - Responsável pelo aluno.

7.1 ELEVAR O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Para elevar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes devemos definir competências a serem desenvolvidas e para isso temos como auxílio os projetos “Educa juntos” “Tempo de aprender” e “Alfabetização” que estão alinhadas com as concepções sobre a pessoa e os cenários contemporâneos.

A escola junto com o município deve envidar todos os esforços para desenvolver nos estudantes a capacidade de:

- Investigar e resolver problemas de forma crítica em diferentes áreas do conhecimento;
- Conhecer a si mesmo, sua história e interagir com o outro, bem como as diversas manifestações artísticas e culturais;
- Identificar a existência de valores humanos em suas ações e executá-las na vivência em sociedade;
- Ler com compreensão as diferentes linguagens do mundo em transformação;

- Ser autônomo, responsável, resiliente, ético, democrático;
- Utilizar as novas tecnologias para situar-se e compreender o mundo, usando as mesmas como ferramentas de realização pessoal e profissional;
- Argumentar com fundamentos;
- Transformar sua comunidade.

7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR

A comunicação entre família e escola no processo de aprendizagem tem reflexos muito importantes, pois ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos alunos.

Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula tampouco a participação da família deve ocorrer de forma isolada em casa.

Para manter em bom diálogo entre escola e família o primeiro passo para incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos é a escola estar sempre aberta para o diálogo, isso não significa apenas falar com os pais nas reuniões mensais, mas deixar claro que a família sempre pode contatar, quando quiser ou sentir necessidade, o contato pode ser por bilhete, telefone, presencial, email, etc, dessa forma, é necessário manter sempre os telefones de contato disponíveis, para que também a escola possa também sempre que necessário se comunicar com a família.

- Nossa rede de comunicação baseia-se em:
- Agenda, na qual ela vai e volta todos os dias;
- Whatsapp, para recados, privados e de grupos;
- Facebook, para recados da comunidade em geral;
- Mural de avisos interno e externos;
- Reuniões bimestrais com as famílias.
- Instagram

7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA

Podemos reconhecer que a ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. Ao redor desses aspectos se desdobra o conjunto das ações educativas a serem desempenhadas pelos sujeitos educadores, entre eles a escola.

O modo de aquisição e de distribuição desses conhecimentos e habilidades se constituiu em paradigma que organiza todos os processos educativos, e estabelece o grau de responsabilidade para sua implementação por parte do poder público ou da iniciativa privada, nos planos individuais e coletivos, particulares e universais. No interior desse paradigma, as idéias de Educação e de Educação Escolar se fundem e estabelecem limites conceituais sobre os quais se constroem os discursos reflexivos sobre os conteúdos da Educação, bem como sobre os objetivos e os meios das políticas educacionais.

Ao redor dessas relações acredita-se que a Educação é o caminho necessário para a formação do sujeito-cidadão. Por decorrência, a questão da cidadania se torna uma questão a ser considerada com primazia.

Educar não é somente isso. No segundo plano, educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de auto-conduzir o seu próprio processo formativo.

Educação, entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução da vida e essa é sua dimensão mais visível e prática, bem como coopera para estender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das

coisas, entre si e outros sujeitos. A Educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de intercomunicação, de autoconhecimento, e de conhecimento das necessidades humanas. E propõe-se a prover as formas de superação dessas necessidades, sejam elas materiais ou psíquicas, de superação ou de reconhecimento de limites, de expansão do prazer e outras. Educar requer o preparo eficiente dos educandos para que se capacitem, intelectual e materialmente, para acionar, julgar e usufruir esse complexo de experiências com o mundo da vida. Esta é uma responsabilidade a ser atribuída ao Educador.

Que poderá desenvolver ações como:

1. Respeitar valores essenciais na relação humana, tais como: diversidade, ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade;
2. Incentivar a participação em atividades complementares culturais, esportivas, artísticas e intelectuais;
3. Promover atividades esportivas que visem desenvolver as práticas, que digam respeito às habilidades dos estudantes;
4. Propor trabalhos sociais voluntários;
5. Promover apresentações de peças teatrais para outros alunos estudantes da escola, promovendo a discussão acerca de alguns conceitos relativos a valores;
6. Promover palestras para as famílias e estudantes sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana;
7. Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas;
8. Reiterar as práticas das relações interpessoais e o convívio em sociedade;
9. Comprometer-se com os princípios democráticos que norteiam a educação, de modo especial com a formação do cidadão e da cidadania;
10. Garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico aprovado em assembléia pela comunidade escolar;

11. Promover a integração do estudante na estrutura física e humana da escola;

7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

1. Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;
2. Garantir o atendimento da direção e equipe pedagógica, quando solicitada, por questões de indisciplina e rendimento dos estudantes;
3. Realizar periodicamente reuniões da direção e coordenação com professores e funcionários;
4. Incentivar a participação dos pais/responsáveis na escola;
5. Realizar reuniões com pais e professores e convocá-los quando se fizer necessário;
6. Decidir em Assembleia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar, podendo ocorrer reuniões de pequenos grupos que levantem as estratégias para encaminhamento à apreciação do grande grupo;
7. Convocar pais de estudantes com dificuldades de aprendizagem, excesso de faltas e atrasos;
8. Dar abertura e transparência na comunicação das decisões da direção;
9. Orientar o preenchimento do Livro de Chamada de acordo com a instrução normativa;
10. Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da

necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;

11. Apresentar retorno ao professor e comunicar aos pais quando o professor encaminhar o estudante para o setor da coordenação/direção por indisciplina;

12. Comunicar aos pais através de outros meios, caso os mesmos não comparecerem ao serem convocados como: Secretaria de Educação ou encaminhamento ao Conselho Tutelar (FICA), quando detectada negligência familiar;

13. Rever, sempre que necessário, a organização pedagógica das rotinas da sala de aula, bem como qualificar espaços pedagógicos;

14. Garantir a elaboração do Plano de Trabalho Docente;

15. Atualizar a Proposta Pedagógica da escola, sempre que necessário;

16. Desenvolver o trabalho propiciando o bom atendimento a todos fazendo o melhor uso dos recursos públicos;

17. Orientar as famílias sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo;

18. Planejar aulas com metodologia diversificada;

19. Estabelecer normas claras, mantendo a sua permanência, adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

20. Criar espaços alternativos ao ar livre, viabilizando práticas pedagógicas e culturais em locais diferentes da sala de aula, e com plano de trabalho docente adequado à situação;

21. Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino aprendizagem;

22. Promover diálogos e ações permanentes quanto a organização e a manutenção da sala de aula;

23. Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que a mesma possibilite uma aprendizagem qualitativa;

24. Cumprir as regras referentes à entrada e saída dos alunos previstas no Regimento Escolar;

25. Registrar a frequência dos alunos no Livro Registro de Classe diariamente;

26. Seguir tabela de horários. (coloquei a tabela de horário da escola)

7H30	Início das aulas
09H10	Café da manhã 1º e 2º anos
09H30	Café da manhã 3º e 4º anos
09H50	Café da manhã 5º anos
10H10	Término do café da manhã
11H30	Almoço 1º anos
11H45	Almoço 2º anos do A ao D
12H00	Almoço 2º E e 3º anos
12H15	Almoço 4º anos
12H30	Almoço 5º anos
12H45	Término dos almoços

13H00	Retorno dos professores
14H10	Café da tarde 1º e 2º anos
14H30	Café da tarde 3º e 4º anos
14H50	Café da tarde 5º anos
15H10	Término do café da tarde
16H00	Saída dos alunos
17H00	Saída de professores e funcionários

7.5. QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio,
2. Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;
3. Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação do espaço escolar;
4. Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;
5. Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história da escola para todos os estudantes;
6. Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;

7. Realizar cursos de capacitação para os funcionários, nas suas diferentes funções;

8. Realizar a manutenção constante dos espaços como parques, e biblioteca;

9. Orientar os alunos sobre as normas de convivência em todas as dependências da escola;

10. Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos.

A manutenção e conservação do patrimônio escolar são primordiais, uma instituição de ensino devidamente conservada, com instalações cuidadas e toda a infraestrutura funcionando adequadamente são premissas fundamentais para que haja bons índices de satisfação e aprendizado. Não só isso, desta maneira, a escola passa a imagem de limpeza, zelo, organização. E uma real preocupação com a segurança e bem-estar de seus alunos e colaboradores que ali convivem.

Todo gestor deve qualificar o seu recurso humano para a organização do ambiente escolar, o gestor de escola pode contar com a ajuda da comunidade escolar para detectar pontos de melhoria e prevenir problemas. Mas para isso, precisa estar a par de cada aspecto a ser levado em conta.

Para isso devemos levar alguns aspectos em conta como ter uma atenção especial com os equipamentos, mobiliário e todos os materiais usados na escola. Para prevenir o desgaste, temos que planejar a conservação do patrimônio engajando toda a comunidade escolar na detecção de problemas, mas é garantia de uma boa gestão dos recursos humanos e materiais.

7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AO DESENVOLVIMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.

Ações a serem desenvolvidas

- Promover o acesso aos laboratórios de informática;

- Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual;
- Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização de ferramentas da informática;
- Informatizar o registro de frequência, mediante utilização de planilhas eletrônicas;
- Manter o agendamento de visitas dos estudantes à Biblioteca;
- Manter uma estrutura de organização para o laboratório de informática, de modo que possam ser amplamente utilizados, atendendo a um agendamento prévio;
- Efetuar manutenção dos equipamentos;
- Disponibilizar mais computadores para professores e estudantes nas salas das coordenações e na biblioteca;
- Informar os recursos, materiais e equipamentos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias e utilizar nas salas de aula;
- Elaborar orientações para o uso adequado dos recursos disponíveis na escola;
- Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos;

7.7 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Reuniões com órgãos APM com escola com transparência, de forma democrática.

A democratização é um passo fundamental, pois significa que os educadores, profissionais, assim como pais e a comunidade que esta inserida a escola e outros cidadãos tenham o direito de estar bem informados e de ter participação critica na criação das políticas e programas escolares.

A democratização da educação passa pela construção de um novo projeto educacional que assegure a reflexão critica e liberdade de pensamento, sentimento

e vontade, não apenas como retóricas, mas como praticas no ambiente escolar. A abordagem a partir da experiência de cada um deve ser salientada.

A Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt procura fazer o compartilhamento de decisões e informações com toda a sua comunidade, com todos os segmentos. A nossa preocupação é com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício, a transparência e fatores que são operacionalizadas por instâncias colegiadas, tais como o conselho escolar APM, Comunidade Escolar.

REFERÊNCIAS

BORBA, R.E.S.R.; PESSOA, C.A.S; ROCHA, C.A.; ASSIS, A. **A formação de professores de anos iniciais do ensino fundamental para o ensino da combinatória**. Revista RPEM - Revista Paranaense de Educação Matemática Universidade Estadual do Paraná – Unespar Campo Mourão, v.3, n.4, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9.394/1996. 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 10/06/2020.

KAMII, Constance. **A criança e o número**: implicações da teoria de Piaget para atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

LOPES, C.A.E. **A probabilidade e a estatística no ensino fundamental**: uma análise curricular. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOURA, M. O. Et al. **Atividade orientadora de ensino**: unidade entre ensino e aprendizagem. Revista Diálogo Educ, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 205 – 229, jan/abr. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Do Paraná**: Princípios, direitos e orientações. Curitiba: SEED – Paraná., 2019. – 4v

PARANÁ. Escola Municipal Alice Roma Bott Schmitt – Ensino Fundamental – Séries Iniciais. **Projeto Político Pedagógico**. 2009.

PARANÁ. **Regimento Escolar**. Escola Municipal Alice Roma Bott Schmitt – Ensino Fundamental – Séries Iniciais. 2009

PINTO, N. B. **O erro como estratégia didática. Estudo do erro no ensino da matemática elementar**. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Papirus. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf>. Acesso em: 24 de março de 2022.

PARANÁ. Lei n. 4978, de 05 de dezembro de 1964. Estabelece o sistema estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 242, de 26 de dezembro de 1964**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=12350&codItemAto=134377>. Acesso em: 28 de março. 2022.

PARANÁ. Deliberação 02/2016 - CEE/PR. Dispõe sobre as normas para modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba (PR): CEE, 2016. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf. Acesso em: 13 de março de 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTE (PARANÁ). **Referencial Curricular do Paraná**, Curitiba, SEED-PR, 2019 -4 V.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria SEED 66 de 19 de fevereiro de 2018**. Publicado no Diário Oficial nº. 10135 de 23 de Fevereiro de 2022.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In: **JUSTIÇA PELA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**. ABPM, Todos pela educação (org.). São Paulo: Saraiva, 2013. p. 55-103.

ANTONIO, Rosa Maria. **Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática**. Maringá, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

MODELO DE SUGESTÃO DE PLANO DE AÇÃO ELEMENTOS ESPECÍFICO

DIMENSÃO	FRENTES DE ATUAÇÃO	OBJETIVO O QUE QUEREMOS ALCANÇAR?	META QUAL RESULTADO ATINGIR?	PRAZO EM QUANTO TEMPO?	AÇÕES O QUE FAZER PARA CHEGAR ONDE QUEREMOS ?	DETALHAMENTO DAS AÇÕES COMO DESENVOLVER ESSAS AÇÕES?	RESPONSÁVEL QUEM IRÁ EXECUTAR?
Redução de Reprovação	Alunos faltosos	Assiduidade	Tornar uma escola com 100% de assiduidade e menos evasão..	Ao decorrer de todo ano letivo.	Planejar aulas dinâmicas, envolver os alunos nas atividades cotidianas da escola, incentiva los.	Aulas dinâmicas Rotina de atividades Incentivos	Professores e funcionários, diretor e coordenador. Família e escola
	Defasagem de aprendizado	Resgatar os conteúdos	Aulas de reforço para abranger todos os alunos com dificuldade.	Durante todo ano letivo.	Planejar reforço paralelo, direcionado a conteúdos de resgate.	Uma ou duas vezes por semana, com professores que possibilitem uma aprendizagem adequada.	Família e escola
	Melhorar o contato com responsáveis	Alcançar o maior número possível de responsáveis possível.	Ter respaldo da família, através dos contatos, seja via agenda ou outros meios de comunicação.	Durante todo o ano letivo.	Através de canais de comunicação e redes sociais.	Canais digitais, Agendas e Whatsapp Instagram	Toda a equipe gestora da escola.

Redução do abandono	Acompanhamento dos alunos	Traçar estratégias para que possam alcançar as dificuldades particulares de cada criança, e assim sucessivamente fazer as possíveis intervenções.	A principal meta será todos os alunos alfabetizados.	Durante todo o ano letivo	Elaborar um planejamento que abranja os conteúdos pré estabelecidos no currículo obrigatório e paralelo a isso, elaborar atividades diversificadas focadas nas dificuldades.	Aulas de reforço e atividades paralelas.	Todos os professores com auxílio da coordenação.
	Incentivo à leitura em todas as disciplinas	Despertar o prazer na leitura, possibilitando os diversos acessos à leitura.	Tornar a leitura uma prática diária, prazerosa e indispensável para as crianças.	Ao decorrer de todo ano letivo.	Atividades diversificadas.	Aulas de reforço e atividades paralelas	Todos os professores com auxílio da coordenação
Melhoria da aprendizagem de leitura, interpretação e escrita	Interpretações de textos e imagens em todas as disciplinas	Despertar o gosto pela leitura, independentemente de gêneros textuais.	Alunos focados e interessados.	Ao decorrer de todo ano letivo	Aulas diversificadas Elaboração de planejamentos com didáticas diferenciadas, as quais os alunos possam interagir com leitura, escrita e imagens.	Aulas de reforço e atividades paralelas	Todos os professores com auxílio da coordenação
		Alunos conscientes do	Alunos	Durante todo	Aulas	Implementar as	Todos os professores com

	Ações desenvolvidas em outros ambientes da escola	ambiente público e conservação do patrimônio.	envolvidos com os cuidados e zelo pelo ambiente escolar.	o ano letivo	extraclasse onde os alunos poderão visualizar e compreender a rotina da escola, nas áreas de limpeza, refeições entre outros cuidados que envolvam os cuidados com os patrimônios públicos.	aulas interdisciplinares, onde os alunos poderão ter acesso a esses conhecimentos.	auxílio da coordenação
Melhoria da Aprendizagem e resolução de problemas	Interpretação de dados e informações para resolução de problemas	Ampliar o conhecimento e desenvolver autonomia do aluno.	Alfabetização e desenvolvimento integral do aluno.	Durante todo o ano letivo	Buscar entender a real dificuldade do aluno, para posteriormente entender quais os passos necessários devemos tomar. Após esta pesquisa, elaborar situações de aprendizagem em que o aluno consiga de forma prática resolver determinados problemas.	Aulas de reforço e se possível o contra turno.	Todos os professores com auxílio da coordenação

Interpretação de dados em gráficos e tabelas	Ampliar o conhecimento e desenvolver autonomia do aluno, para que ele possa identificar e interpretar imagens.	Alfabetização e desenvolvimento integral do aluno., integrando no currículo, gráficos e tabelas como uma rotina mais frequente.	Durante todo o ano letivo	Buscar entender a real dificuldade do aluno, para posteriormente e entender quais os passos necessários devemos tomar. Após esta pesquisa, elaborar situações de aprendizagem em que o aluno consiga de forma prática resolver determinados problemas. E através destes passos implementar as figuras de imagens, como gráficos e tabelas.	Aulas com recursos audiovisuais, materiais de qualidade como: jogos, brincadeiras e dinâmicas.	Todos os professores com auxílio da coordenação.
Cálculos e desenvolvimento de raciocínio lógico	Alunos com capacidade de raciocínio lógico, capaz de ler e compreender os processos da matemática.	Acompanhar o desenvolvimento da criança que apresenta dificuldade em raciocínio e levá-la ao campo do saber, ampliando seus conhecimentos até que compreenda.	Durante todo o ano letivo	Contato com diferentes operações matemáticas, para identificar e ser capaz de discriminar os diferentes signos e sequências lógicas matemáticas.	Proporcionar aulas com recursos concretos e atividades diferenciadas como, envolvendo dinâmicas e jogos.	Todos os professores com auxílio da coordenação

Luciana F. Feres

Assinatura e carimbo (Presidente do Conselho Escolar da Instituição)

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE A SER EMITIDA PELO CONSELHO
ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS**

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº _____/_____ emitida pelo Conselho Escolar da Instituição de

Ensino: Escola Municipal Alice Roma Botti Schmitt.

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico e ao Regimento Escolar

Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt apresenta o **Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite o presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022

É o que tinha a declarar

Ibiporã, 20 de junho de 2022



Assinatura e carimbo (Presidente do Conselho Escolar da Instituição)

¹ A Declaração de Legalidade para as instituições públicas municipais deverá ser acompanhada pela Ata de Aprovação emitida pelo Conselho Escolar e Checklist.

ANEXO III

CHECKLIST² (LISTA DE VERIFICAÇÃO) DO PPP

Identificação

NRE	Londrina
Município	Ibiporã
Instituição	Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt
Especificidade	() campo (x) urbana

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil		
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral	x	
Ed. Especial	x	
EJA		

Etapa	Organização (ano ou ciclo)	Avaliação (bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular (por disciplina ou área do conhecimento)
Educação Infantil			
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)			
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral	Ano	Bimestral	Disciplina
Educação Especial	Ano	Contínua	Disciplina
EJA			

² Integra a Declaração de Legalidade emitida pelas instituições públicas municipais. Opcional para as Redes Privadas

Elementos Situacionais (diagnóstico)

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	X	
O histórico da instituição	X	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	X	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	X	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)	X	

Dados do rendimento escolar de 2022	X	
O mapa de frequência de 2022	X	

Elementos conceituais

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**.

	SIM	NÃO
Sujeito	X	
Sociedade	X	
Educação	X	
Processo ensino-aprendizagem	X	
Avaliação da aprendizagem	X	
Premissas da escola (item 2.2)	X	

Elementos Operacionais

Plano de ação

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no PLANO DE AÇÃO.

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações:		
Objetivos	X	
Metas/prazo	X	
Responsáveis	X	
4.1.2 Elementos Comuns (exemplos):		
Acompanhamento da hora-atividade	X	
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias e comunidade	X	
Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades	X	
Organização do conselho de classe (antes, durante e depois);	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Processos de classificação e reclassificação	X	
Estágio obrigatório e não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010, Instrução Normativa nº 28/2010 SUED/SEED.		X

Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das Crianças e BNCC.	x	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	x	
Avaliação	x	
Referências	x	
Transição da Educação Infantil para o Ensino fundamental		x

Marque com um **X** nos campos **sim** ou **não** para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná e BNCC	x	
Estratégias de ensino	x	
Avaliação	x	
Referências	x	
Transição do 5º para o 6º ano		x

Marque com um **X** nos campos sim ou não para os itens presentes em cada um dos itens abaixo:

	SIM	NÃO
Apresentação do regimento Escolar	x	
Declaração de Legalidade emitida pelo Conselho Escolar das Instituição (Anexo III)	x	

ANEXO IV**PARECER DE LEGALIDADE EMITIDO PELO C.M.E - CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE IBIPORÃ - PR****PARECER Nº _____/____ - CME****ASSUNTO:** Parecer de Legalidade do **Projeto Político-Pedagógico ou do Regimento Escolar**.

Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt apresenta o **Projeto Político- Pedagógico/ Regimento Escolar** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu **Conselho Escolar**.

O Conselho Municipal de Educação de Ibiporã emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade nº _____ emitida pelo **Conselho Escolar** da referida Instituição, situada no município de **Ibiporã-PR** e mantida pela **Secretaria Municipal de Educação**.

O presente **Projeto Político-Pedagógico/ Regimento Escolar** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022 .

Este é o parecer.

Ibiporã, 30 de junho de 2022

Conselho Municipal de Educação de Ibiporã - PR

Assinatura e carimbo do Presidente do Conselho Municipal de Educação

* **Observação:** Entregar o parecer do Conselho Escolar (Anexo III), o Regimento Escolar e o PPP para a homologação.

ANEXO V

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DO REGIMENTO ESCOLAR A SER EMITIDO PELA MANTENEDORA - CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 03/2022

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº/

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedor (a) do(a) **Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt**, no uso das atribuições legais conferidas através da Instrução Normativa nº 03/2022 e Parecer de Legalidade nº _____.

HOMOLOGA

Art. 1º - O **Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar da Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt** do município de Ibiporã, com a oferta de: **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**.

Art. 2º - O **Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar** homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de _____, ficando revogado o Ato de Homologação nº _____ e disposições em contrário.

_____/_____/_____
Ibiporã (Data)

Antonio Prata Neto
Secretário Municipal de Educação

QUADRO CURRICULAR POR CURSO E SÉRIE - MATRIZES CURRICULARES HOMOLOGADAS 2022

Ano - CLASSE ESPECIAL MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	INGLÊS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
10:35 – 11:30	INGLÊS	ARTE	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
Professor Regente: Laudiceia Dos Santos Ferro					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Claudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

Ano - 1º A MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:30 – 08:25	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	ARTE	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA
10:35 – 11:30	ARTE	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA
Professor Regente: Waldirene Venancio de Oliveira Ferreira					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Cláudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	PROJETO	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO TEXTO	MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	REFORÇO/MATEMÁTICA	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO TEXTO	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	REFORÇO/MATEMÁTICA	FILOSOFIA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	GEOGRAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Waldirene Venancio de Oliveira Ferreira					

Ano - 1º B MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Rosemary Bento Macedo Santos					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Cláudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	PROJETO	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	REFORÇO/MATEMÁTICA	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	REFORÇO/MATEMÁTICA	FILOSOFIA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	GEOGRAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Rosemary Bento Macedo Santos					

_Ano - 1º C

MATUTINO

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	ARTE	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS	LINGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA
Professor Regente: Eliete Teixeira Gamba					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Cláudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: Michel Da Silva Almeida					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO/MATEMÁTICA	HISTÓRIA	PROJETO	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	REFORÇO/MATEMÁTICA	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/BIBLIOTECA	FILOSOFIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	E. RELIGIOSO	GEOGRAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Eliete Teixeira Gamba					

Ano - 1º D MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	ARTE	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	INGLÊS	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	ARTE	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	INGLÊS	MATEMÁTICA
Professor Regente: Ligiane Torres Guimarães					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Cláudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: Michel Da Silva Almeida					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO MATEMÁTICA	HISTÓRIA	PROJETO	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	REFORÇO MATEMÁTICA	HISTÓRIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	FILOSOFIA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	E. RELIGIOSO	GEOGRAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Ligiane Torres Guimarães					

_Ano - 2º A MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Beatriz Haas Delamuta					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

_VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PROJETO
13:55 – 14:50	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	MATEMÁTICA	INFORMÁTICA/BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	FILOSOFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Beatriz Haas Delamuta					

Ano - 2º B MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LINGUA PORTUGUESA	ARTE	LINGUA PORTUGUESA	LINGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	LINGUA PORTUGUESA	ARTE	LINGUA PORTUGUESA	LINGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Marli Adriana Marchini Arase					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	PROJETO	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	MATEMÁTICA	INFORMÁTICA/BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	HISTÓRIA	FILOSOFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Marli Adriana Marchini Arase					

_Ano - 2º C MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	INGLÊS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	INGLÊS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Maria Angélica da Silva Sá					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

_VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	PROJETO	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	MATEMÁTICA	REFORÇO /LINGUA PORTUGUESA	FILOSOFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Francinne Calegari de Souza					

Ano - 2º D MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	INGLÊS	ARTE	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	INGLÊS	ARTE	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Mariana Alexandre Ferreira					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PROJETO
13:55 – 14:50	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	MATEMÁTICA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	E. RELIGIOSO	FILOSOFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Mariana Alexandre Ferreira					

_Ano - 2º E MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Maristela Yuka Zama Bovolenta					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					
Professor de Inglês: Giovana Cardin Botelho					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	HISTÓRIA	PROJETO	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO /LINGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/BIBLIOTECA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	E. RELIGIOSO	FILOSOFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Katia Aparecida de Oliveira Galassi					

Ano - 3º A MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	ED. FÍSICA	INGLÊS	CIÊNCIAS
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	ED. FÍSICA	INGLÊS	CIÊNCIAS
Professor Regente: Gabrielle Dias Basilio					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	HISTÓRIA	PROJETO	FILOSOFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	E. RELIGIOSO	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Gabrielle Dias Basilio					

Ano - 3º B MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	ED. FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	ED. FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS
Professor Regente: Sãmia Rodrigues da Silva Nóbrega					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	HISTÓRIA	PROJETO	REFORÇO MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	REFORÇO MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	E. RELIGIOSO	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	FILOSOFIA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Sãmia Rodrigues da Silva Nóbrega					

Ano - 3º C					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	INGLÊS	ARTE	CIÊNCIAS
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	INGLÊS	ARTE	CIÊNCIAS
Professor Regente: Juliana Cristina Montenegro dos Santos					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: Eduardo Sae Bonoto					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	PROJETO	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	E. RELIGIOSO	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	HISTÓRIA	FILOSOFIA	MATEMÁTICA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Juliana Cristina Montenegro dos Santos					

Ano - 4º A					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Ednéa Maria Longhi de Souza					
Professor de Arte: Vinícius Escano Correia					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	FILOSOFIA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	REFORÇO MATEMÁTICA	PROJETO	GEOGRAFIA
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	REFORÇO MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	HISTÓRIA	E. RELIGIOSO	MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Ednéa Maria Longhi de Souza					

Ano - 4º B					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	ARTE	MATEMÁTICA	LINGUA PORTUGUESA	INGLÊS	LINGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	ARTE	MATEMÁTICA	LINGUA PORTUGUESA	INGLÊS	LINGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	CIÊNCIAS	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	CIÊNCIAS	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
Professor Regente: Daniela Costa e Silva					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	FILOSOFIA	PROJETO	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	HISTÓRIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	E. RELIGIOSO	HISTÓRIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Daniela Costa e Silva					

Ano - 4º C					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS	MATEMÁTICA
Professor Regente: Solange Aparecida Pereira Santos					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Claudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	PROJETO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LÍNGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	HISTÓRIA	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	FILOSOFIA	E. RELIGIOSO	PRODUÇÃO DE TEXTO
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Solange Aparecida Pereira Santos					

Ano - 4º D					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO FÍSICA	INGLÊS
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	CIÊNCIAS
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ARTE	CIÊNCIAS
Professor Regente: Vanessa Frederico Pimenta					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Maria Aparecida Paiva Ulbrich					
Professor de Inglês: João Pereira Campos Junior					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	PROJETO	MATEMÁTICA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA	PRODUÇÃO DE TEXTO
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	FILOSOFIA	E. RELIGIOSO	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Vanessa Frederico Pimenta					

Ano - 5º A					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	CIÊNCIAS	EDUCAÇÃO FÍSICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE	CIÊNCIAS	EDUCAÇÃO FÍSICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	FILOSOFIA
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	E, RELIGIOSO
Professor Regente: Alessandra Fernandes de Araujo					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	INGLÊS	MATEMÁTICA	PROJETO	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA
13:55 – 14:50	INGLÊS	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	GEOGRAFIA	REFORÇO MATEMÁTICA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	REFORÇO/LINGUA PORTUGUESA	INFORMÁTICA/BIBLIOTECA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Alessandra Fernandes de Araujo					
Professor de Inglês: Michel Da Silva Almeida					

_Ano - 5º B					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA
08:25 – 09:20	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA
09:40 – 10:35	ARTE	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	ENS. RELIGIOSO	ED. FÍSICA
10:35 – 11:30	ARTE	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	FILOSOFIA	ED. FÍSICA
Professor Regente: Marleni Albuquerque					
Professor de Arte: Juscene Kolapouski Trindade Doná					
Professor de Educação Física Liciane Kanegusuku					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	REFORÇO MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	REFORÇO MATEMÁTICA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA
13:55 – 14:50	PROJETO	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	REFORÇO MATEMÁTICA	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INGLÊS	HISTÓRIA	REFORÇO LINGUA PORTUGUESA	INGLÊS	GEORAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Marleni Albuquerque					
Professor de Inglês: Michel Da Silva Almeida					

Ano - 5º C					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	FILOSOFIA	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	E. RELIGIOSO	ARTE	LÍNGUA PORTUGUESA
Professor Regente: Flavia Angelica Mendes					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Liciane Kanegusuku					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	HISTÓRIA	PROJETO	REFORÇO MATEMÁTICA	INGLÊS	REFORÇO/ LÍNGUA PORTUGUESA
13:55 – 14:50	HISTÓRIA	PRODUÇÃO DE TEXTO	REFORÇO MATEMÁTICA	INGLÊS	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	PRODUÇÃO DE TEXTO	MATEMÁTICA	REFORÇO/LÍNGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor				
Professor Regente: Flavia Angelica Mendes					
Professor de Inglês: Michel Da Silva Almeida					

Ano - 5º D					
MATUTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 08:25	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
08:25 – 09:20	LÍNGUA PORTUGUESA	CIÊNCIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
09:40 – 10:35	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE
10:35 – 11:30	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	INGLÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE
Professor Regente: Suely Lambert					
Professor de Arte: Amanda Castelhana Figueira					
Professor de Educação Física: Claudio Roberto Pereira dos Santos					
Professor de Inglês: Giovana Cardin Botelho					

VESPERTINO					
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:00 – 13:55	REFORÇO MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	HISTÓRIA	PROJETO	GEOGRAFIA
13:55 – 14:50	REFORÇO MATEMÁTICA	PRODUÇÃO DE TEXTO	HISTÓRIA	REFORÇO/ LINGUA PORTUGUESA	GEOGRAFIA
14:50 – 15:10	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:10 – 16:00	MATEMÁTICA	REFORÇO/ LINGUA PORTUGUES	INFORMÁTICA/ BIBLIOTECA	FILOSOFIA	E. RELIGIOSO
16:00 – 17:00	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor	Hora Atividade Professor
Professor Regente: Izolina Rodrigues De Lima					